



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Assunto da interpelação e respectivas questões

Por não se ter, desde a sua aprovação em 1991, complementado a Lei n.º 11/91/M (Sistema Educativo de Macau) é que o pessoal docente em exercício de funções nas escolas particulares se encontra numa situação de “trabalho igual, salário diferente” e sem garantias. A Administração apresentou há dias à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada “*Regime das carreiras dos docentes e auxiliares de ensino das escolas oficiais do ensino não superior*”, que visa principalmente actualizar os índices, graus e escalões desses grupos de pessoal. Contudo, como o “regime-quadro do pessoal docente das escolas particulares” se encontra ainda por aprovar, isso só vai alargar ainda mais a diferença salarial entre o pessoal docente do sector público e o do sector privado. Trata-se de uma situação de injustiça, criada devido à falta de equilíbrio das políticas governativas para a área da Educação, que tornaram a diferença salarial nesses dois sectores cada vez mais abismal. Há portanto que actualizar quanto antes os salários do sector privado. Se a situação perdurar sem se apresentarem soluções, então a estabilidade do corpo docente das escolas privadas sairá ameaçada. Além disso, até ao momento, não existe qualquer lei que salvaguarde os direitos do pessoal docente das escolas particulares. Embora a Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, promulgada em 2006 para substituir a Lei n.º 11/91/M, determine que na



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

administração das escolas deve ser assegurada a participação do pessoal docente, alunos, encarregados de educação e de outros profissionais da área, o certo é que o próprio diploma que regula essa matéria ainda não foi promulgado, continuando então a administração de algumas escolas a ser presidida pelos directores. Há dias, registou-se uma demissão colectiva envolvendo mais de trinta professores de uma escola da Taipa. Se bem que se trate de um caso isolado, a verdade é que contradiz as autoridades educativas quando estas afirmam que “é uma situação normal, pois anualmente regista-se uma perda de cerca de 7% do pessoal docente por escola”. As autoridades educativas já solicitaram à escola a apresentação de um relatório, mas até à data mais nenhuma informação foi adiantada. Com vista a assegurar que o pessoal docente seja respeitado no exercício das suas funções, a criar uma cultura democrática na administração escolar e a proteger os legítimos direitos do pessoal docente das escolas particulares, gostaria de apresentar as seguintes questões:

1. Qual foi a actuação das autoridades de educação quando tomaram conhecimento da demissão colectiva de mais de 30 docentes numa escola na Taipa? Que medidas concretas foram adoptadas? De que medidas dispõem para que incidentes semelhantes não voltem a repetir-se, no sentido de estabilizar a equipa de docentes e salvaguardar que os alunos não sejam afectados?

2. É cada vez mais alargada a diferença salarial entre os docentes das



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

escolas públicas e os das escolas privadas, situação que a Administração terá de solucionar. O que vai então fazer? Como vai reduzir essa diferença bem como os conflitos entre esses dois tipos de docentes, provocados pela diferença salarial? Como vai atenuar a situação de salário diferente para trabalho igual?

3. Com vista a assegurar a generalização da participação no ensino, e a salvaguardar a melhoria da gestão escolar e o desenvolvimento da educação a longo prazo, quando vai a Administração divulgar os respectivos diplomas suplementares, a fim de promover a democracia e o humanismo no âmbito da gestão escolar?

13 de Julho de 2010.

O Deputado à Assembleia Legislativa

da Região Administrativa Especial de Macau: Chan Wai Chi